

Colonização linguística

Heterogeneidade em LE

Maite Celada

Setiembre de 2017

A *colonização lingüística* resulta de um acontecimento na trajetória de nações **com línguas e memórias diferenciadas [...]**. (Mariani, 2004, p. 19).

DLE, 23^a ed. on-line

www.drae.es

colonizar

1. *tr.* Formar o establecer colonia **en un país.**
2. *tr.* Fijar en un terreno la morada de sus cultivadores .

Trata-se de um processo histórico de confronto entre línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos dessemelhantes, em condições assimétricas de poder tais que a língua colonizadora tem condições políticas e jurídicas para se impor e se legitimar relativamente à(s) outra(s), colonizada(s) (Mariani, 2004, p. 19).

A autora observa que

“tematizar a trajetória histórico-linguística constitutiva da institucionalização da língua portuguesa no Brasil” implica “estabelecer uma relação com o projeto colonizador português de civilizar o Novo Mundo. Trata-se de um projeto de colonização linguística constituído com base **no catolicismo jesuítico e em consonância com um imaginário em torno da relação língua-nação vigente do século XVI ao XVIII**” (Mariani, 2004, p. 21).

É com uma imagem de coletividade política nacional, defensora da expansão do catolicismo, e associada a um imaginário do português como língua de Estado, que os portugueses se lançam através do Atlântico (Mariani, 2004, p. 25).

Nação – Igreja

Por outro lado, como esta história não e faz sem resistências linguísticas na colônia, tematizá-la é também discutir o papel da linguagem na transformação de uma colônia em nação independente. Assim, embora a declaração da independência ocorra apenas na segunda década do século XIX, pode-se falar de um português brasileiro sendo constituído antes. Mas é no oitocentos que uma resistência frente à colonização linguística toma uma forma política mais visível, colocando em causa a subordinação imposta por Portugal ao falar do Brasil. Luta-se tanto pelo nome da língua falada na ex-colônia quanto pela defesa das práticas discursivas vigentes; luta-se pelo que foi fruto de uma outra história linguística, cujo início se deu com o confronto entre diferentes línguas, cada uma com sua memória (Mariani, 2004, p. 21).

Diretório dos índios

1757

Rodrigues, 2012, 36-41

Para compreender os efeitos que o Diretório dos Índios provocou sobre as línguas que circulavam durante o período colonial no território que hoje corresponde ao Brasil é preciso primeiramente entender, por um lado, o papel dos jesuítas naquela estrutura social e particularmente na educação formal naquele momento e, por outro lado, a configuração das relações entre línguas que habitavam este espaço (Guimarães, 2003).

Diretório dos índios

1757

Rodrigues, 2012, 36-41

Normativa escrita por Sebastião José de Carvalho e Melo (mais tarde seria Marquês de Pombal). Ministro de D. Jose I de 1750 a 1777.

Diretório dos índios

1757

Rodrigues, 2012, 36-41

Aqui é importante se debruçar sobre os movimentos que fazem parte de uma “colonização linguística” do Brasil. Segundo Mariani (2004, p. 39), como processo que deve ser pensado a partir da “tensão entre uma heterogeneidade linguística de fato, e uma homogeneidade produzida pelo conquistador, materializada seja na língua da metrópole, seja na língua indígena em função da gramatização”. percebemos

*[...] sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, **introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável, que este é um meio dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbárie dos seus antigos costumes [...]** que ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do Príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe.*

(in: Cunha, 1979, citado por Mariani, “As academias do século XVIII – um certo discurso sobre a história e sobre a língua do Brasil”, in Guimarães e Orlandi, *Língua e cidadania. O português no Brasil*. Pontes: Campinas, 1996) (destaques nossos).

*Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente e sólido sistema, nesta conquista se praticou pelo contrário, que só cuidavam os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da língua que chamamos geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar; permanecessem na rústica e bárbara sujeição, em que agora se conservam. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados do Diretório estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os Meninos e as Meninas, que pertencerem às escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua Geral, **mas unicamente a Portuguesa**, na forma que S. M. tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora não se observaram, com total ruína temporal e espiritual do Estado”.*

(in: Cunha, 1979, citado por Mariani, “As academias do século XVIII – um certo discurso sobre a história e sobre a língua do Brasil”, in Guimarães e Orlandi, *Língua e cidadania. O português no Brasil*. Pontes: Campinas, 1996) (destaques nossos).

Língua geral

Ao longo da Conquista e em todo o período colonial, a administração hispânica se serviu das categorias proporcionadas pelos estudiosos das línguas – missionários e cronistas – que usaram uma classificação funcional: línguas gerais vs. línguas particulares. A *Língua Geral* se refere à língua de uma região ou de uma zona multilíngüe, que serve como veículo de comunicação interétnica entre falantes de línguas particulares. Uma das primeiras providências dos colonizadores foi identificar aquelas línguas que permitiam um relativo leque comunicativo, avaliando que o seu uso dispensava a aprendizagem e abordagem das línguas minoritárias.

1937 - Getúlio Vargas – Estado Novo

*Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho do território, mas, principalmente, a unidade da raça, **a unidade da língua**, a unidade do pensamento nacional (...)*

*Temos um destino a realizar. Possuímos um vasto território, temos a mesma origem racial, **falamos a mesma língua**, temos a mesma história, a mesma religião, a mesma formação social, o mesmo sentimento de unidade pátria. Precisamos trabalhar (...), fortalecer a consciência nacional (...)*

*Quando, em todos os recantos, em todas as latitudes, cada brasileiro mobilizar as suas energias no empenho decidido de formar **uma verdadeira comunidade de idioma**, de sentimentos, de interesses e de ideais, poderemos exclamar com orgulho: o Brasil é uma grande e poderosa Nação.*

(apud Payer, M. O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006).

1938. F. D. Rabelo, “Memorial Apresentado à Comissão Nacional do Ensino Primário”.

Era natural, portanto, que á sombra desse indiferentismo criminoso, gerado pela transigência administrativa, medrasse e desenvolvesse a obra nefasta e desnacionalisadora dos advenas através das inúmeras escolas de cunho evidentemente estrangeiro” (p. 5).

*Escolas estrangeiras funcionam no território pátrio com o fim único de ensinar aos filhos dos colonos a língua, a geografia e a história dos seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a Pátria (p. 6, citando relatório de **1921**).*

... lograram essas autoridades constatar essa obra verdadeiramente criminosa contra os sagrados interesses da Pátria, apreendendo larga cópia de panfletos, avulsos, gravuras e alegorias sobre motivos estrangeiros, bem como livros didáticos e de religião, cadernos e mapas editados em língua estrangeira (p. 7).

Havemos de convir que todos esses fatos, evidentemente nocivos à grande obra de unificação nacional, demonstram o quanto temos sido ludibriados nos nossos propósitos de hospitalidade e descuidados em matéria tão relevante (p. 7).

(apud Payer, M. O. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta, 2006).

*Dicionário da língua Tupi chamada língua geral
dos indígenas do Brasil, de Gonçalves Dias*

Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858

PÁJE, feiticeiro. Era o cantor, o médico, o augure e o sacerdote.

PARICÁ, servia aos índios em vez de fumo. [...]

PARACAÚBA, árvore da qual os Muras faziam os seus arcos.

Nunes, 2007

Diccionario Integral del Español de la Argentina.

obra que respondió al proyecto lexicográfico elaborado por un equipo conformado por investigadores del área. Editorial *Voz activa*, marca de la editorial *Tinta fresca* que pertenece al *Grupo Clarín* (cf. Costa, 2014), gran conglomerado mediático de la Argentina.

Observamos que hasta 2017 el diccionario contó con una versión en el sitio de Clarín:
www.clarin.com.ar.

La relevancia de esta propuesta lexicográfica reside en que refleja la toma de conciencia de que la lengua hablada en Argentina **no es un desvío de una lengua central, sino que es una variante de ella** y que, como tal, comparte elementos con el español hablado en todas o algunas de las distintas regiones hispanohablantes, pero que tiene rasgos específicos, propios, fruto del desarrollo lingüístico de esta comunidad en particular. En segundo lugar, en que asume que la enseñanza de la lengua materna requiere de obras de referencia que la describan tanto en lo general que comparte con otras variedades del español como en lo que tiene de específico [grifos nossos] (p. 9).

“Presentación” al DIEA, firmada por Andreína Aldenstein (Conicet, Universidad de General Sarmiento).

Referências bibliográficas

COSTA, Michele. *Instrumentalização e (des)colonização linguística: estudo discursivo do Dicionario integral del español de la Argentina*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014 . <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-19032014-125445/>

LAGORIO, Consuelo. Léxico, dicionários e tradução no período colonial hispânico. *Revista Alea*. In: Revista Alea, vol.11 no.2 Rio de Janeiro, dez/2009. disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-106X2009000200009>

MARIANI, Bethânia. *Colonização linguística*. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: INDURSKY, Freda e LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Análise discurso no Brasil*. Mapeando conceitos, confrontando limites. Brasil: Claraluz, 2007, pp. 373-380.

RODRIGUES, Fernanda C. *Língua viva, letra morta*. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2012. (disponível na biblioteca digital da USP em formato de tese).